

**HABEAS CORPUS Nº 570.386 - RJ (2020/0079063-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : **FABIO ANDRADE ALMEIDA**  
**ADVOGADO** : **FÁBIO ANDRADE ALMEIDA - RJ120595**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PACIENTE** : **MARCO AURELIO DA SILVA PRIMO (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MARCO AURELIO DA SILVA PRIMO no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Desembargador relator Custódio de Barros Tostes).

Depreende-se dos autos que o paciente está preso preventivamente pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, V e VII, na forma do art. 14, II, ambos do Código Penal.

Impetrado prévio *writ* na origem, o pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 14/16).

Daí o presente *habeas corpus*, no qual alega o impetrante que o paciente é tuberculoso e, por isso, "*é considerado de altíssimo risco de contrair Coronavirus (COVID 19) e de morrer por conta do vírus*" (e-STJ fl. 3).

Sustenta, outrossim, que "*o Paciente não praticou qualquer crime, seja com violência ou grave ameaça, consoante se depreende dos anexos documentos, na medida em que o corréu, que teve o processo desmembrado, já foi absolvido nos autos do processo n. 0196985-07.2018.8.19.0001, uma vez que os policiais (supostas vítimas) não se recordam dos fatos que atribuídos aos réus*" (e-STJ fl. 4).

Requer, desse modo, "*que seja concedida a liminar no presente writ, para que seja (i) revogada a prisão preventiva do Paciente para que responda ao processo em liberdade e possa realizar seu tratamento médico e evitar contrair a perigosa moléstia da qual é grupo de risco ou que seja (ii) deferida a permissão de saída para tratamento, na forma do art. 120, II da LEF, a ser realizada em hospital apto ao*

*tratamento para a reversão, cura ou tratamento da tuberculose e para se evitar a propagação do coronavírus COVID19, acaso ainda não o possuía, sem prejuízo de V. Exa., caso assim entenda, lhe deferir a prisão domiciliar com saída para hospital/clínica, para que possa em casa, junto à sua família, realizar aludido tratamento, na forma do art. 318, II do CPP" (e-STJ fl. 5).*

É, em síntese, o relatório.

**Decido.**

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal), **o que não ocorre na espécie.**

A propósito:

*AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.*

*1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.*

[...]

*3. Agravo regimental improvido.*

(AgRg no HC 349.925/RJ, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016)

*AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.*

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 345.456/SP, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016)

Acerca da controvérsia, consta da decisão que indeferiu o pedido liminar na origem o seguinte (e-STJ fl. 15):

*Ora, de fato, o paciente, comprovadamente acometido por tuberculosa (fls. 55), está inserido no grupo prioritário de revisão das preventivas. Tanto mais porque sua prisão já se estende além de uma noventena.*

*Nada obstante, quando se coloca em perspectiva a concreta protagonização do evento criminoso, verifica-se a superlatividade do periculum libertatis.*

*Isso porque os crimes imputados ao paciente são gravíssimos e foram empreendidos de maneira especialmente reprovável: fala-se da tentativa de homicídio contra dois policiais no exercício de suas funções. A par disso, os relatos constantes dos autos noticiam sua participação nas atividades criminosas na Vila Cruzeiro, no que construiu extensa folha de antecedentes criminais.*

*Portanto, seja pela reafirmação da lei penal em face de quem supostamente agrediu seus agentes, seja para interromper a rotina criminosa, impõe-se a manutenção da cautelar.*

A princípio, verifica-se que o *decisum* apontou dados extraídos do caso concreto aptos a justificar a manutenção da segregação cautelar imposta, razão pela qual não ressai, de plano, flagrante ilegalidade que autorize a superação do enunciado sumular referido.

Assim, a questão em exame necessita de averiguação mais aprofundada pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação contida na impetração no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado

# *Superior Tribunal de Justiça*

constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o *habeas corpus***.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator